

Reforma Política no governo Lula

Homero de Oliveira Costa

Jornal de Hoje 04.12.2002

Reconhecida consensualmente como urgente e necessária, a reforma política é certamente um dos itens fundamentais da agenda política do país. A questão que se coloca é: o governo Lula terá condições de se desincumbir da tarefa de realizá-la? É possível, mas não será fácil.

No início do segundo governo de FHC, a reforma política foi tida como prioritária na agenda do governo. Quatro anos depois, qual a constatação? Pouco, pouquíssimo foi feito e, considere-se, o governo tinha maioria tanto na Câmara quanto no Senado e, no entanto, não conseguiu aprovar reforma alguma. Por quê? Porque essa é uma reforma envolve interesses muito variados e nem sempre pacíficos no Congresso, inclusive na base aliada do governo.

O que pretende uma reforma política? Fundamentalmente, fortalecer os partidos políticos, dando condições de governabilidade aos governos constituídos. Como fazê-lo? Alterando a legislação vigente. E não é por falta de propostas.

Em 1995 foi formada uma comissão, com representantes de vários partidos e, quatro anos depois, aprovado um relatório que contém diversos itens importantes, como voto distrital-misto, fidelidade partidária, financiamento público de campanhas etc.

Um dos poucos itens da reforma política aprovados pelo Congresso foi à instituição da cláusula de barreira a partir das eleições de 2006. Em que consiste? Basicamente, estabelece que os partidos que não tiverem 5% dos votos válidos em todo o país, ou 3% em pelo menos nove Estados (1/3) não terão direito a representação.

Por esse critério, a eleição proporcional, que define a composição política da Câmara, excluiria 23 dos atuais 30 partidos registrados junto ao TSE.

Considerando as eleições de 2002, apenas PT, PSDB, PPB, PFL, PSB, PDT e PMDB conseguiriam ultrapassar a barreira.

Outro item importante que foi aprovado é a proibição das coligações para eleições proporcionais. Por esse critério, os pequenos partidos terão imensas dificuldades para eleger seus representantes. Considerando a atual legislatura, pelo menos 1/3 dos atuais partidos não conseguirão ter representantes.

Evidentemente que não se pode avaliar a democracia tomando como critério exclusivo o número de partidos, embora, claro, a pluralidade seja uma condição básica para sua existência, mas é fato também que um Congresso muito fragmentado (o atual tem 19 partidos representados) torna muito mais difícil assegurar a governabilidade, que implica a formação de alianças, blocos de apoios etc.

Que itens nos parecem fundamentais para uma reforma política? Primeiro, instituir o financiamento público de campanhas (tornando transparente o processo de arrecadação de fundos nas campanhas eleitorais), a fidelidade partidária, estabelecer que o mandato deve pertencer ao partido, não ao eleito, e o voto facultativo.

A fidelidade partidária tem por objetivo evitar o troca-troca de partidos (foram mais de 200 na legislação atual), resultado de negociações e trocas de favores, e, não raro, antes mesmo de assumirem seus mandatos.

Quanto à proposta de que o mandato deve pertencer ao partido, ela foi derrotada no debate que antecedeu a aprovação da Constituição de 1988, mas aprovada nas comissões de reforma política, tanto do Senado quanto da Câmara dos Deputados.

Além desses itens, creio ser de fundamental importância manter a representação proporcional, corrigindo suas distorções (como a representação dos Estados na Câmara dos Deputados).

Estes são apenas alguns dos itens urgentes e necessários. O governo Lula herda dos oito anos da “era tucana”; um país com gravíssimos problemas (desemprego, crescimento da miséria etc.) e tem estabelecido, mesmo antes de assumir, prioridades inadiáveis, e precisará do apoio e da ajuda do Congresso para implementar outras reformas, igualmente urgentes e necessárias, como a reforma fiscal e a (defendida) reforma política, que serão fundamentais para o governo. Difícil? É. Dificílimo. Mas não é impossível. E o governo Lula tem toda a condição e legitimidade para mudar os rumos deste país.

Homero Costa é professor do Departamento de Ciências Sociais da UFRN
http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/homero_costa/index.html



www.dhnet.org.br